

JUNHO 2024

88ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA



Imagem: Unplash

QUEM SÃO OS MONSTROS?

Editorial: A equiparação do
aborto tardio ao homicídio

+

Francisco Razzo: Filhos dos
monstros morais não são
monstros morais

A grande virada: Milei
está sacudindo o sistema
econômico da Argentina

SC tem 4 das 5 cidades com
metro quadrado mais caro
do país. Entenda o fenômeno

Índice

Editorial: A equiparação do aborto tardio ao homicídio 04

Francisco Razzo: Filhos dos monstros morais não são monstros morais 17

Rodrigo Constantino: Cidadão americano. Adeus, Alexandre! 31

PEC da autonomia total do BC abre nova frente de batalha entre Lula e Campos Neto 40

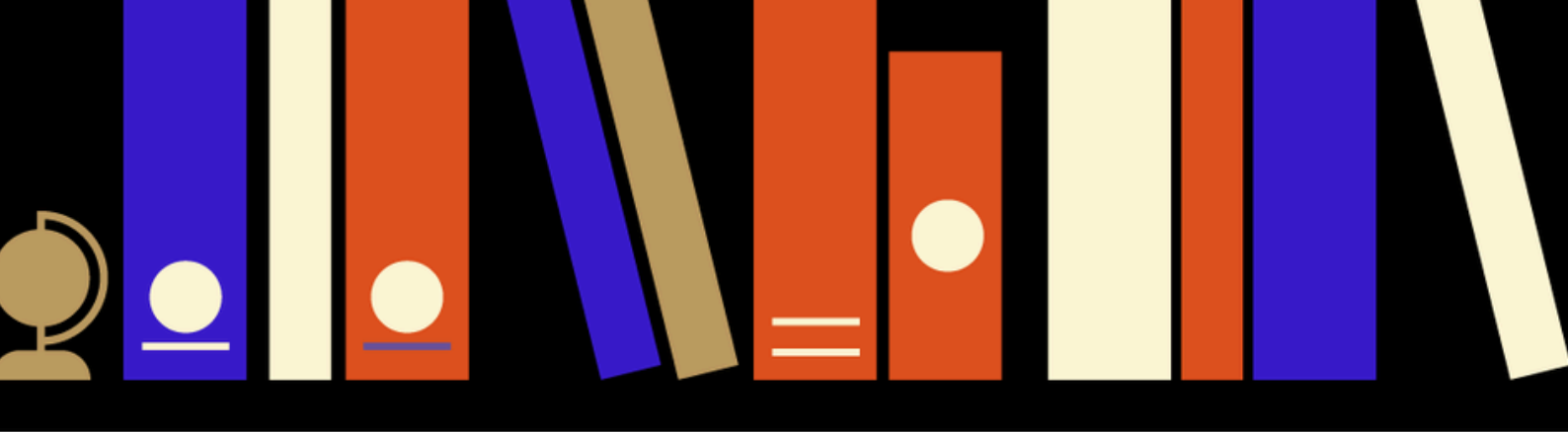
A grande virada de Milei: o presidente da Argentina está sacudindo o sistema econômico do país 56

SC tem 4 das 5 cidades com metro quadrado mais caro do país. O que explica o fenômeno 64

Como a Ford recuperou um símbolo da decadência de Detroit 88



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



BIBLIOTECA DA GAZETA

GAZETA DO POVO

**ACESSE NOSSOS E-BOOKS
EXCLUSIVOS**



Ecografia morfológica de bebê com 22 semanas de gestação. | Foto: Reprodução/ Facebook

EDITORIAL

A equiparação do aborto tardio ao homicídio

Uma nova frente de batalha em defesa da vida se abriu no Congresso Nacional em torno dos abortos tardios, aqueles feitos depois que o bebê atingiu a chamada “viabilidade fetal”, em que

passa a ter chances de sobrevivência fora do útero materno – o que acontece por volta das 22 semanas de gestação. Um projeto de lei pretende alterar a pena para o crime de aborto nesses casos, que atualmente é de até quatro anos, equiparando-o ao homicídio simples, cuja pena pode ser de até 20 anos de prisão. Além disso, tais penas seriam aplicadas também nos casos aos quais o Código Penal não prevê punição atualmente – risco de vida para a mãe e gestação resultante de estupro; o STF acrescentou, em 2012, o caso de bebê com anencefalia.

O PL 1.904/24 tramita em caráter de urgência, ou seja, pode ir diretamente a plenário sem passar pelas comissões da Câmara dos Deputados. Apesar disso, diante dos protestos e deturpações sobre a finalidade da proposta, o

presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu adiar a votação do projeto para o segundo semestre, após um acordo com líderes partidários e de bancada.

Toda a controvérsia teve início com o empenho do governo Lula em derrubar normativas anteriores – e que vinham ao menos desde o governo Dilma Rousseff – que recomendavam, nos casos de gestações que já haviam atingido 22 semanas, não o aborto, mas a antecipação do parto, com a oferta de todos os cuidados possíveis ao bebê prematuro e sua posterior entrega para adoção caso ele sobrevivesse. Uma nota técnica do Ministério da Saúde reforçando o “direito” ao aborto tardio chegou a ser publicada em fevereiro de 2024, e revogada no dia seguinte após a enorme repercussão negativa. Em abril, o Conselho Federal de

Medicina (CFM) publicou resolução proibindo o uso da assistolia fetal – método pelo qual o bebê é morto com uma injeção que provoca parada cardíaca – após a 22.^a semana de gestação; a esquerda abortista, então, buscou o Supremo Tribunal Federal, e liminar do ministro Alexandre de Moraes suspendeu a resolução. É neste contexto que o PL 1.904 foi proposto.



A equiparação do aborto tardio ao homicídio simples ressalta o horror da opção deliberada por matar um inocente que poderia ter a chance de viver, sem nenhum motivo plausível que possa justificar tal escolha

A questão que se impõe logo de imediato é: tal equiparação faz sentido? Para isso, é preciso entender o que está em jogo. Falamos, aqui, de um ser humano, indefeso e inocente, que já chegou a um estágio de desenvolvimento fetal que lhe dá ao menos uma chance de sobreviver fora do útero materno. A escolha, neste caso, está entre dar à criança esta possibilidade – se ela efetivamente sobreviverá é algo que depende de muitos fatores –, ou eliminá-la ainda no ventre da mãe sem nenhum outro motivo que não seja o mero desejo de matar. A gestação será encerrada de uma forma ou de outra, com a antecipação do parto ou com o aborto; a mãe não tem obrigação de ficar com o bebê, podendo encaminhá-lo para adoção – uma decisão compreensível especialmente no caso de gravidez resultante de violência sexual. Nessas circunstâncias, a escolha deliberada pela

eliminação da criança viável fora do útero é barbárie pura e simples, como aliás a Gazeta do Povo já afirmou em outras ocasiões.

Faz sentido, portanto, a equiparação proposta pelo PL 1.904 – inclusive nos casos para os quais o Código Penal não prevê punição. Esta decisão do legislador de décadas atrás tinha o mérito de reconhecer o sofrimento da mãe que passa por tais situações e a quem se acrescenta o trauma de eliminar o próprio filho. No entanto, os casos do aborto tardio, passado o limiar da viabilidade fetal, acrescentam um novo dilema moral, e a equiparação ao homicídio simples vem para ressaltar o horror da opção deliberada por matar um inocente que poderia ter a chance de viver, sem nenhum motivo plausível que possa justificar tal escolha.

Destaque-se, aliás, que o PL 1.904 preserva o espírito que guiou os elaboradores do Código Penal ao afirmar que o juiz poderá reduzir ou até anular a pena da mãe, “se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária” – uma concessão que o artigo 121, parágrafo 5.º do Código Penal já faz aos casos de homicídio culposo (sem a intenção de matar), mas não ao homicídio doloso, ou seja: a mãe que aborta intencionalmente ainda terá uma possibilidade que não é dada a quem mata outra pessoa deliberadamente.

Apesar disso tudo, a militância pró-aborto tem se oposto veementemente ao PL 1.904 com uma série de falácias, como aquela segundo a qual a

equiparação de penas entre aborto tardio e homicídio representaria uma “minimização” do crime de estupro, punido com até dez anos de prisão. Ironicamente – ou, melhor dizendo, hipocritamente –, é justamente essa militância que vem resistindo a qualquer medida recente que pretenda ajudar na investigação, captura e responsabilização de estupradores. Desde a obrigatoriedade de notificação às autoridades policiais caso uma gestante solicite um aborto alegando ter engravidado como resultado de violência sexual, até a previsão de coleta de material genético do feto abortado para fins de testes que possam confirmar ou desmentir suspeitas sobre a identidade do estuprador, a esquerda fez tudo o que esteve a seu alcance para obstruir ou revogar tais procedimentos. Não são os pró-vida, portanto, que minimizam

a gravidade do estupro, mas aqueles que resistem a dificultar a vida dos violadores.

Tampouco se pode dizer que a equiparação ao homicídio, ao valer apenas para as crianças com 22 semanas ou mais de gestação, desvaloriza a vida dos fetos que ainda não chegaram a essa idade gestacional. Toda vida humana é digna de proteção desde a concepção, e a lei penal, mesmo com a alteração do PL 1.904, não deixa de garantir essa proteção; trata-se, única e exclusivamente, de explicitar a barbárie do aborto tardio, em que se mata uma criança sem motivo algum, negando-lhe uma chance de sobrevivência que ela poderia ter. A ninguém ocorre afirmar que a vida de quem é morto de forma não intencional vale menos que a de quem é morto intencionalmente, já que as penas para homicídio doloso são maiores que as

do homicídio culposo e da lesão corporal seguida de morte; da mesma forma, afirmar que o PL 1.904 divide os nascituros em “mais dignos” ou “menos dignos” de acordo com idade gestacional por impor penas diferentes ao aborto não faz o menor sentido.

“O objetivo sempre foi, é e continuará sendo o de salvar as duas vidas: a da mãe e a do bebê, independentemente da sua idade gestacional. O PL 1.904 está de acordo com esse objetivo

Uma crítica mais razoável é feita não ao mérito do PL, mas à forma como ele está tramitando. O regime de urgência, alega-se, dificultaria um debate mais prolongado e robusto sobre o

assunto, e o argumento faz sentido. O lado pró-vida é o principal interessado em uma discussão séria sobre o aborto: sobre o que ele é, sobre o que representa. Seria excelente que todo o país tivesse a ocasião de saber em detalhes como é um bebê de 22 semanas, e como se mata esse bebê com uma injeção no coração para que tenha uma parada cardíaca e possa ser retirado, morto, do ventre da mãe. Seria ótimo que os brasileiros soubessem que isso traz mais risco à mãe que uma antecipação de parto, como atestam médicos que já trabalharam na indústria do aborto nos Estados Unidos.

O regime de urgência, no entanto, não impede que esse trabalho fundamental de conscientização continue a ser feito.

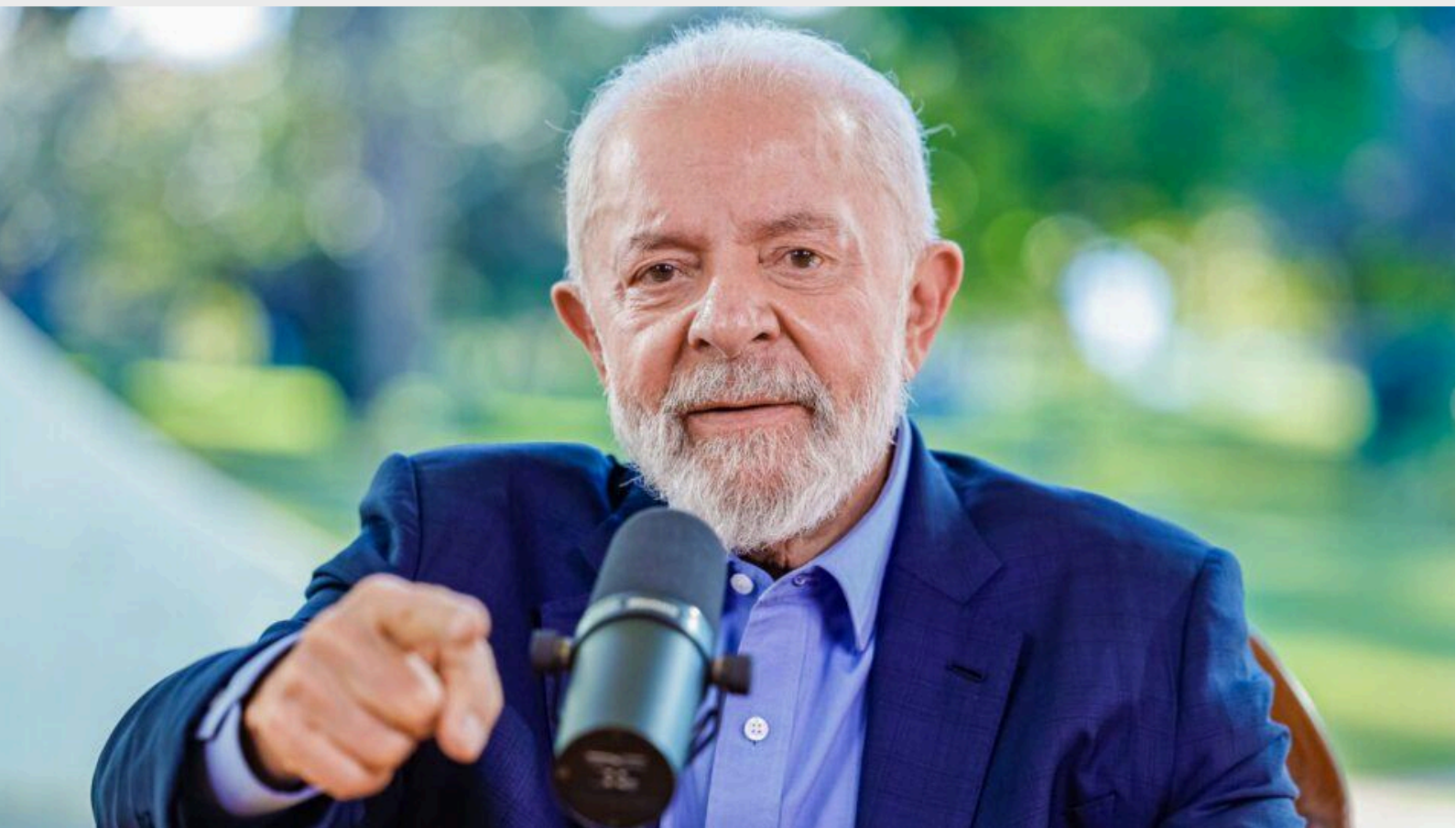
Além disso, há razões suficientes para acreditar também que as informações sobre a real natureza do aborto seriam abafadas pelos setores da “opinião publicada” para os quais a posição pró-vida é intrinsecamente absurda e por isso não merece carta de cidadania.

Muito mais provável seria que uma tramitação lenta apenas permitisse a perpetuação das falácias e dos discursos preconceituosos que temos presenciado desde o surgimento do PL 1.904, e que vêm do mesmo lado que não hesita em usar atalhos institucionais quando se trata de defender o abortismo. O objetivo sempre foi, é e continuará sendo o de salvar as duas vidas: a da mãe e a do bebê, independentemente da sua idade gestacional.

O PL 1.904 está de acordo com esse objetivo, ao colocar o peso da lei em favor das chances de sobrevivência dos bebês que chegaram à viabilidade fetal, bem como ao privilegiar o procedimento médico que traz menos risco para a mãe – no caso, a antecipação do parto, em vez do aborto. Não levá-lo adiante – com ou sem regime de urgência – seria desperdiçar uma enorme chance de avançar na proteção de mulheres e nascituros.



[Voltar ao índice](#)



O presidente Lula, durante entrevista em que chamou de “monstros” as crianças concebidas em um estupro. | Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República

OPINIÃO

Francisco Razzo

Filhos dos monstros morais não são monstros morais

Lula é um demagogo oportunista. Suas declarações sobre o tema do aborto são um

espetáculo de manipulação emocional e falácias. Como todo oportunista, reduz a complexidade do tema à simplicidade do seu delírio político. Esbraveja com dedo em riste para dizer o que sua paróquia ideológica e identitária quer ouvir.

Em recente entrevista a respeito da polêmica envolvendo o Projeto de Lei 1.904/24, Lula comparou o nascituro concebido por um estupro a um “monstro”. Há tantos absurdos nessa comparação. Eu gostaria de analisar todo o contexto do que ele disse para não me acusarem de “descontextualizar” o que foi dito; tenho caridade hermenêutica, mas não tolerância à canalhice.

“Esse negócio de ficar discutindo aborto legal. Quem está abortando, na verdade, são meninas

de 12, 13, 14 anos. É crime hediondo um cidadão estuprar uma menina de 10, 12 anos, e depois querer que ela tenha um filho. Um filho de um monstro. Então é preciso de forma civilizada a gente discutir. As crianças estão sendo violentadas dentro de casa. Esse debate é um debate maduro que envolve a sociedade. Temos que respeitar as mulheres. Elas têm o direito de ter um comportamento diferente e não querer. Por que uma menina é obrigada a ter um filho de um cara que estuprou ela? Que monstro vai sair do ventre dessa menina?”



Lula é um demagogo oportunista. Suas declarações sobre o tema do aborto são um espetáculo de manipulação emocional e falácias

Vamos por partes. Lula é habilidoso com as palavras e já disse algumas vezes ser “contra o aborto”, sobretudo em época de campanha. Por isso, lerei linha por linha. Demarquei o que ele disse em negrito.

Esse negócio de ficar discutindo aborto legal. Quem está abortando, na verdade, são meninas de 12, 13, 14 anos. – Como um bom demagogo, essa afirmação é um absurdo. Lula assume que o problema do aborto é o estupro. E o estupro restrito a uma faixa etária específica. Embora seja verdade que adolescentes também abortam, a questão do aborto legal abrange muitas outras situações. E não se pode pegar casos extremos como parâmetro de todos os casos. Claro que, para testar limites, eles são interessantes. Só que isso em um debate bem demarcado pela razão. Entretanto, reduzir o

debate sobre aborto legal às meninas adolescentes estupradas, além de servir como apelo retórico, esconde o fato de que mulheres de todas as idades enfrentam essa questão por inúmeras outras razões. E afirmar que matar uma pessoa de 22 semanas possa ser comparado ao homicídio não é defender estuprador.

É crime hediondo um cidadão estuprar uma menina de 10, 12 anos, e depois querer que ela tenha um filho. Um filho de um monstro. – Ninguém tem dúvidas de que o estupro é um crime abominável e deve ser tratado com a máxima seriedade e rigor. Contudo, Lula está afirmando que o nascituro é culpado pelos crimes do estuprador. Seu raciocínio desumaniza o feto ao chamá-lo de “filho de um monstro”. Ora, em nenhum mundo possível

uma pessoa deve ser responsabilizada pelos atos dos progenitores. Além do determinismo moral explícito, tal linguagem transforma o nascituro em um símbolo de violência, quando, na verdade, ele também é vítima inocente. O direito à vida do feto não pode ser negado com base na conduta de terceiros. Isso é uma autoevidência para a razão.

Então é preciso de forma civilizada a gente discutir. As crianças estão sendo violentadas dentro de casa. – Chega a ser até engraçado Lula exigir civilidade do debate sobre o aborto. Falo por experiência própria que nada é mais difícil do que debater civilizadamente esse assunto com os progressistas, que são notórios pela violência discursiva.

De qualquer maneira, esta afirmação de Lula, embora verdadeira, desvia o foco do debate principal sobre o aborto para a questão da violência doméstica. Discutir civilizadamente o aborto é o contrário do apelo que ele faz aqui. A violência doméstica é um problema crucial que merece atenção. Ninguém duvida disso. Agora, utilizá-la como argumento para a discussão do aborto é instrumentalizar a violência para fins ideológicos – para ser bem preciso, trata-se de uma falácia do espantalho. São questões separadas que exigem abordagens específicas. Misturar os dois temas desvia o foco e impede soluções eficazes para ambos os problemas. Ele desvia o foco porque mobiliza a sensibilidade e atenção de sua base ideologicamente comprometida.

Esse debate é um debate maduro que envolve a sociedade. – A obviedade disso chega a ser cômica. Sem fornecer um plano concreto para um debate maduro, Lula esbraveja esta afirmação a ponto de torná-la uma platitude vazia. É necessário definir quem participa desse debate e como ele deve ser conduzido para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas. Ele sabe muito bem que sua base ideológica alega que só mulher deveria discutir o aborto, por causa do “lugar de fala”. Eu já demonstrei que o que essa gente chama de “debate” não passa de “programa ideológico”. Eles não querem debater nada com quem pensa diferente.



A retórica usada por Lula não só desumaniza o feto; ela perpetua um estigma contra crianças concebidas em situações de violência

Temos que respeitar as mulheres. Elas têm o direito de ter um comportamento diferente e não querer. – Sério que temos de respeitar as mulheres? O problema dessa afirmação é o seguinte: ela reduz o debate sobre aborto a uma questão de preferências individuais. E discutir o aborto não é discutir a preferência pessoal de alguém. Aborto não é um comportamento, mas uma escolha cuja consequência é a morte de um inocente. O respeito pelos direitos das mulheres deve ser equilibrado com o respeito pelo direito à vida do nascituro. Isso é o básico da discussão.

Por que uma menina é obrigada a ter um filho de um cara que estuprou ela? – Lula faz um apelo ao emocional e é legítimo que ele destaque a tragédia do estupro. No entanto, usar esse argumento para justificar o aborto geral é bem problemático. Aqui entra a falácia do apelo à piedade ou argumentum ad misericordiam. Esta é uma falácia lógica na qual a emoção da compaixão ou pena é usada para influenciar a aceitação de uma conclusão, em vez de se basear em argumentos racionais e lógicos.

Ao usar uma situação extrema e emocionalmente carregada, como a de uma menina estuprada ser forçada a ter um filho, esse argumento desvia a discussão do ponto central sobre a moralidade e legalidade do aborto em geral. Este tipo de argumento manipula os sentimentos do interlocutor e

impede a consideração de soluções alternativas que poderiam apoiar tanto a vítima quanto o nascituro. Lula é mestre nesse tipo de apelo.

Que monstro vai sair do ventre dessa menina? – Lula foi longe aqui. Às vezes penso na possibilidade de ele ter se confundido com os termos. Não sei. Duvido. Um demagogo não pensa e fala o que o público quer ouvir à toa; ele o faz sob medida. O público dele concorda com isso. Esta frase revela uma visão simplista e preconceituosa, que desconsidera a dignidade intrínseca de cada ser humano, independentemente das circunstâncias de sua concepção. Não à toa a esquerda identitária odeia responsabilidades individuais. É cientificamente e moralmente incorreto presumir que uma criança nascerá com características morais negativas por causa dos

atos de um progenitor. Cada indivíduo deve ser julgado por suas próprias ações e não pelo contexto de sua concepção. A retórica usada por Lula não só desumaniza o feto; ela perpetua um estigma contra crianças concebidas em situações de violência. É identitarismo puro e simples.

Pensem no contrário: Imaginem uma criança nascida de pais considerados “moralmente superiores”. Desde o nascimento, essa criança seria vista como destinada ao sucesso e à grandeza, independentemente de suas próprias escolhas ou habilidades.

A premissa subjacente é a de que a herança genética determinava o valor e o caráter de uma pessoa. A eugenia foi uma teoria que defendia a

melhoria da raça humana por meio da seleção de características genéticas desejáveis e a eliminação das indesejáveis. Esta ideologia foi utilizada historicamente para justificar práticas de esterilização forçada, discriminação e perseguição de pessoas consideradas “geneticamente inferiores” por serem moralmente decadentes.

A ideia de que uma criança pode herdar a maldade ou a bondade dos pais é semelhante à lógica eugênica que julgava indivíduos pela sua herança genética.

Na eugenia, pessoas eram consideradas inferiores ou perigosas simplesmente por pertencerem a determinados grupos. Lula, de fato, não fala em questões de superioridade ou

inferioridade racial ou étnica, mas está implícito o fato de que seu raciocínio parte da ideia de que pais moralmente monstruosos geram filhos moralmente monstruosos. Logo, pais moralmente virtuosos geram filhos moralmente virtuosos.



Autor: Francisco Razzo é professor de filosofia, autor dos livros "Contra o Aborto" e "A Imaginação Totalitária", ambos pela editora Record. Mestre em Filosofia pela PUC-SP e Graduado em Filosofia pela Faculdade de São Bento-SP. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.

[Voltar ao índice](#)





Bandeira norte-americana | Foto: Paul Weaver/Unsplash

OPINIÃO

Rodrigo Constantino

Cidadão americano: adeus, Alexandre!

Nasci em 4 de julho. Para ser mais preciso, nasci em 4 de julho de 1976, no bicentenário da Independência Americana. Era uma questão de

destino me tornar um ferrenho defensor da liberdade e do legado americano. Há anos, divulgo o mesmo texto no dia do meu aniversário, uma ode ao que representa a América, o farol na colina, o experimento das ideias da liberdade que conquistaram seus “pais fundadores” e ajudaram a criar a nação mais próspera do mundo.

Ali, na Declaração da Independência, estaria selada, em poucas palavras, a função básica do governo, afirmando categoricamente a soberania do povo sobre o Estado. “Nós o povo”, começa o texto. Cada indivíduo seria livre na busca pela sua própria felicidade. As regras seriam iguais, não os resultados. Não se trata de perfeição, pois esta é impossível para qualquer modelo humano. Tampouco foi um experimento livre de erros ou derramamento de

sangue. Foi uma conquista aos trancos e barrancos, mas com um norte como guia: as ideias da liberdade.



Tornei-me apenas Rodrigo Constantino Santos. Um cidadão americano protegido pelo império das leis. Eu me liberei do Alexandre. Para sempre!

O governo não está acima do povo, mas sim depende de seu consentimento para ser validado. E isso não quer dizer, de forma alguma, que uma maioria está livre para fazer o que bem entender. A democracia não deve levar a uma simples ditadura da maioria. Os direitos individuais deverão ser sempre respeitados, e era esse o foco da Declaração que fundou a República americana.

Cada indivíduo deve ser livre para perseguir sua felicidade, sem invadir a liberdade do outro. Reparem que não há como um governo garantir a felicidade, mas apenas o direito de cada um buscar a sua, livre da coerção alheia. E notem também que, neste percurso, o direito de um não pode destruir o direito do outro. Essa valiosa lição é hoje amplamente ignorada, com governos prometendo cada vez mais, sem se importar que para dar algo a alguém, precisa antes tirar de outro. Infelizmente, até o governo americano embarcou nesta perigosa trajetória.

Na sabedoria de homens como Benjamin Franklin, John Adams e Thomas Jefferson, construíram-se os pilares que criariam a nação mais próspera do mundo. Não há superioridade racial, não há fatores genéticos, não foram os recursos naturais, não é a sorte. Foram os

princípios adotados por estes homens que possibilitaram um meio amigável ao progresso humano. Foi a liberdade individual que estimulou o empreendedorismo e a inovação. Foi o conceito de troca voluntária sob a propriedade privada, básico do capitalismo, que permitiu tamanho avanço.

Os Estados Unidos são o que são hoje por mérito de um modelo mais eficiente, justo e adequado à natureza humana. Infelizmente, até os americanos vêm se afastando do conceito original que tanto os distanciaram do resto do mundo. O Leviatã estatal tem crescido, alimentando-se das liberdades individuais tão valiosas. A instrumentalização do Estado para perseguição política tem marcado uma fase sem precedentes de riscos, podendo transformar os

Estados Unidos numa republiqueta típica da América Latina com o tempo.

O pequeno texto da Declaração de Independência deveria ser relido com maior frequência, pois seus ensinamentos são constantemente esquecidos num mundo onde ideias coletivistas entram cada vez mais em moda. Trocam o objetivo conceito de justiça pelo abstrato termo “justiça social”, como se coubessem aos burocratas do governo decidir como configurar a sociedade, escravizando seu povo para isso. Ofuscam a liberdade individual em nome da visão coletivista, como se existisse um “interesse nacional” que justificasse o sacrifício dos indivíduos por planejadores arrogantes. É preciso resgatar os valores que fundaram a América.

Tenho sido um defensor dessas ideias desde sempre. Há, em meus vários livros, um fio condutor, um denominador comum, que é justamente a defesa do que a América simboliza, ainda que com suas imperfeições. Muitos socialistas gostam de demonizar os Estados Unidos e enaltecer experimentos coletivistas fracassados. De longe, claro, pois mesmo esses esquerdistas escolhem sempre a América como destino, nunca Cuba ou Venezuela.

Em minha coerência, seguindo a máxima americana “*put your money where your mouth is*”, decidi morar nos Estados Unidos após a reeleição de Dilma. Lá se vai quase uma década! No meio do caminho, conquistei meu Greencard por “habilidades extraordinárias” (EB1). E, após cinco anos como residente permanente, tive o

direito de finalmente me tornar um cidadão americano. É com muita alegria que compartilho isso com meus leitores. Minha luta por um Brasil mais livre continua, sempre. Sei que há muita gente boa em meu país de origem, e luto por sua liberdade, em que pese o Estado brasileiro só ter me tratado mal – não só com seus pesados impostos para financiar roubalheira petista, o que recai sobre a maioria, mas com congelamento das minhas contas bancárias, censura das minhas redes sociais e até cancelamento do meu passaporte.

Agora tenho um passaporte americano. E, como tive a opção de mudar meu nome, resolvi retirar o Alexandre da minha avó paterna, que meus pais acrescentaram ao meu sobrenome para evitar risco de homônimos.

Tornei-me apenas Rodrigo Constantino Santos.
Um cidadão americano protegido pelo império
das leis. Eu me livreí do Alexandre. Para sempre!



Autor: Rodrigo Constantino. Economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Contribuiu para veículos como Veja.com, jornal O Globo e Gazeta do Povo. Preside o Conselho Deliberativo do Instituto

Liberal. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Roberto Campos Neto espera encerrar seu mandato em 2024 com a consagração da independência da autoridade monetária. | Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Política monetária sob pressão

PEC da autonomia total do BC abre nova frente de batalha entre Lula e Campos Neto

Por **Sílvio Ribas**

O embate público entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o

presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, em torno do atual nível da taxa básica de juros (Selic), considerada exagerada pelo governo, ganhará dimensão ainda maior com o possível avanço no Senado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para dar autonomia também financeira e administrativa ao BC, convertendo a autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda em uma empresa pública de direito privado.

A leitura na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do relatório da PEC 65/2023, elaborado pelo senador Plínio Valério (PSDB-MA), pode ocorrer na próxima semana, caso haja consenso entre seus membros. Essa perspectiva de início formal da tramitação da matéria acirrou ânimos de seus defensores e críticos nos últimos dias.

De um lado, a proposta tem o apoio de parlamentares conservadores, membros do governo anterior, de Jair Bolsonaro (PL), e economistas liberais, incluindo o próprio presidente do BC e alguns de seus antecessores como Gustavo Loyola e Henrique Meirelles. Para estes, a medida é a conclusão do gradual processo de independência da autoridade monetária.

Do outro lado, o PT e suas legendas aliadas, além de economistas de viés progressista e desenvolvimentista e parte dos servidores do banco, como o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), resistem à ideia de autonomia absoluta do BC e fazem protestos. Eles temem que a PEC de autoria do

senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) faça com que os interesses do mercado "capturem" o Banco Central e enfraqueçam sistemas de controle administrativo, fiscalização e resultem em privatizações - como por exemplo a eventual transferência do sistema PIX de transferências financeiras para instituições privadas. Eles se opõem também à possível perda de benefícios estatais que os servidores do banco podem sofrer.

PEC imunizaria de vez o BC das ingerências políticas, dizem apoiadores

O Banco Central possui autonomia operacional, que deu ao presidente da autarquia mandato fixo de quatro anos. Nesse cenário inédito, Lula ainda não pôde realizar a mudança do titular do cargo, tendo que conviver com o indicado de

Bolsonaro, Roberto Campos Neto, até o fim deste ano.

Se a emenda da autonomia total for aprovada, o BC ainda teria plena liberdade para definir, por exemplo, planos de carreira e salários dos funcionários, contratações e reajustes salariais. O financiamento das atividades da instituição seria feito a partir da receita com emissão de moeda (senhoriagem), como fazem os bancos centrais dos Estados Unidos, Suécia, Austrália, entre outros.

“A autonomia orçamentária e financeira do BC implica em importante consequência fiscal para o governo, com impacto para as metas de resultado primário, pois o BC não mais necessitará de transferências orçamentárias do

governo e será autorizado a usar suas receitas para pagar suas próprias despesas. Significará um alívio fiscal para o governo federal com impacto positivo no resultado primário”, disse o relator, senador Plínio Valério, ao defender a PEC.

Campos Neto, embora tenha evitado dar declarações públicas sobre o tema para não gerar atritos com o governo, é a favor da proposta e gostaria de ver a independência completa do BC até o fim do seu mandato, em dezembro.

Opositores da PEC, como o presidente do sindicato dos funcionários do BC, Fábio Fuad, dizem que a autonomia financeira, necessária principalmente para melhorar os mecanismos

de fiscalização e definição de política financeira, poderia ser obtida por meio da aprovação de lei complementar específica, sem a necessidade de uma PEC.

Governo tentará retardar a tramitação da PEC da autonomia do BC no Senado

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), decidiu não incluir a PEC na pauta de quarta-feira (19), mas deixou aberta a possibilidade de leitura do relatório desde que houvesse concordância entre os integrantes do colegiado.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), havia indicado na terça-feira (18) que

o Palácio do Planalto deve se opor à leitura do relatório da PEC 65/2023. O objetivo é impedir a sua aprovação ainda neste semestre.

O texto superou com folga o endosso necessário para avançar na pauta, somando 42 assinaturas dentre 81 senadores. Caso passe na CCJ, a PEC precisará de 49 votos em dois turnos de votação no plenário. Depois disso, precisará passar por duas votações na Câmara – também com apoio mínimo de três quintos (308 deputados) em cada etapa.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem sinalizado apoio à iniciativa. Nesta terça-feira (18), ele lembrou durante evento público organizado pela TV CNN Brasil que a autonomia operacional do BC, estabelecida por

lei em 2021, no governo Bolsonaro, “aumentou a credibilidade da política monetária” e colocou o país na “direção correta”.

Em abril, o relator avisou que concluiria o seu texto até o fim de maio, diante da falta de manifestação do governo, apesar de suas claras reservas ao avanço.

Sindicato de funcionários é contra PEC da autonomia do BC

Desde o último dia 3, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) iniciou campanha ostensiva contra a PEC, conclamando senadores a votarem contra. O presidente da entidade, Fabio Faiad, espera a retirada da proposta da pauta da CCJ e argumenta que

tornar o BC uma entidade independente é problemático por transformar a autarquia em uma instituição de direito privado.

"Essa questão deve ir além da rivalidade entre o governo atual e o anterior e focar na relação do Banco Central com qualquer governante eleito, independentemente de sua ideologia", disse à **Gazeta do Povo**.

Segundo Faiad, a autonomia é vantajosa desde que bem formulada, mas a independência retira do poder eleito o direito de coordenar a política econômica, tradicionalmente a cargo do ministro da Fazenda. Para ele, a proposta "facilita a captura da autoridade monetária pelo mercado, estimula a terceirização e privatização

de algumas de suas atividades e remove os controles rígidos do Estado sobre ela".

O sindicato classifica o projeto de inconstitucional e prevê insegurança jurídica e uma enxurrada de ações na Justiça. Faia enfatiza ainda que os limites do BC já são claros e devem ser mantidos sob qualquer perfil de governante. Ele argumenta que o aumento do liberalismo ou não do Banco Central não deve ser a questão central, mas sim sua autonomia frente a qualquer novo contexto.

Apesar do posicionamento contundente do Sinal, uma parte dos servidores do BC já baixou resistências e admite mudanças. A Associação Nacional dos Analistas do Banco Central (ANBCB) entende que a autonomia

orçamentária pode ser vista como uma evolução natural, em favor da missão do banco perante o país. A única ressalva é o pedido para que se crie uma transição entre regimes, preservando direitos.

A diretoria do BC, mesmo os diretores indicados por Lula, tem convalidado a ampliação da independência do órgão. Para a maioria dos analistas de mercado, a alteração do regime jurídico do BC é a chance de o órgão agir definitivamente sem interferências políticas, algo que o governo e os partidos de esquerda não aceitam, alegando risco de confronto entre as políticas fiscal e monetária, o que na prática já vem ocorrendo.

PT vai à Justiça para denunciar postura política de Campos Neto à frente do BC

Nesta semana houve uma escalada de tensões no relacionamento entre governistas e o presidente do Banco Central. A bancada do PT na Câmara entrou com ação popular na Justiça Federal em Brasília para que Campos Neto não promova manifestações de cunho político-partidário ou deixe de se pronunciar sobre eventual candidatura a futuros cargos enquanto estiver à frente do BC.

A razão disso é que Lula insinuou ter havido um acordo entre o chefe da autoridade monetária e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), envolvendo a sua escolha para ser ministro da Fazenda em um eventual conquista da Presidência da República em 2026.

A ação na Justiça contra Campos Neto foi liderada pela presidente do partido, deputada Gleisi Hoffmann (PR). Ela foi proposta no dia em que o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu por unanimidade manter a taxa básica de juros do país em 10,5%.

Também ocorre após Lula dizer que o presidente do BC trabalharia para prejudicar o país, sinalizando que indicará um sucessor “imune aos nervosismos momentâneos do mercado”.

Curiosamente, o diretor Gabriel Galípolo, um dos cotados para suceder Campos Neto, também votou pela manutenção da Selic e suspensão dos cortes.

Uma das vozes mais críticas a Campos Neto, Gleisi elogiou em sua conta no X (antigo Twitter) os ataques do chefe do Executivo, definindo o presidente do BC como “um político que trabalha para sabotar o país”.

As declarações deram novo impulso de valorização do dólar. De acordo com o diretor-geral do Ranking dos Políticos, Juan Carlos Arruda, o governo parece não entender que uma frouxidão na política monetária agora pode representar perda de credibilidade, descontrole da inflação e, conseqüentemente, a necessidade de apertos ainda maiores no futuro, com taxas de juros ainda mais elevadas.

Uma amostra do grau de animosidade gerada pelas falas mais recentes de Lula contra Campos

Neto está nos discursos de sindicalistas e políticos ligados ao governo.

O deputado Pedro Uczai (PT-SC) chamou o presidente do BC de “criminoso”, “bandido” e “agente do bolsonarismo e dos interesses do capital especulativo”. O deputado federal Merlong Solano (PT-PI), por sua vez, apresentou requerimento para convidar o chefe da autoridade monetária para falar na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso.



[Voltar ao índice](#)



Javier Milei caminha, no dia da cerimônia de abertura da Cúpula pela Paz na Ucrânia. | Foto: REUTERS/Denis Balibouse

Artigo

A grande virada: Milei está sacudindo o sistema econômico da Argentina

Por Jon Hartley City Journal

Javier Milei está em turnê. Após viagens à Espanha, Israel e Davos, o presidente argentino

recentemente viajou para o Vale do Silício, onde conversou com gigantes da tecnologia, incluindo Tim Cook, da Apple; Mark Zuckerberg, da Meta; e Sundar Pichai, do Google. Hoje em dia, é raro ver um político de direita tirando fotos com tantas figuras ilustres na notoriamente progressista área da Baía de São Francisco. Para Milei, isso significa que “o mundo está despertando para [a liberdade econômica]” como um meio de criar oportunidades amplas e de tirar os pobres da pobreza de maneira sustentável.

Enquanto estava na Califórnia, Milei fez uma palestra altamente técnica sobre seu novo livro, 'Capitalismo, Socialismo e a Armadilha Neoclássica: Da Teoria Econômica à Ação Política', em Stanford. Ele abordou a história do pensamento econômico, criticando John

Maynard Keynes enquanto elogiava nomes como Adam Smith, Friedrich Hayek, Milton Friedman, Ronald Coase e Murray Rothbard — e até alguns economistas menos conhecidos como Frank Ramsey, Knut Wicksell e Angus Maddison. O líder autodeclarado libertário fez críticas amplas aos modelos econômicos, que podem se afastar muito da realidade, e aos economistas acadêmicos por usarem falhas de mercado para justificar uma intervenção governamental excessiva.

De volta à Argentina, Milei ainda tem uma batalha significativa pela frente. Ele será julgado por sua capacidade de reverter décadas de políticas peronistas e melhorar o desempenho econômico no país historicamente assolado pela inflação.

Ele já acumulou várias vitórias em políticas econômicas. A taxa de inflação ano a ano da Argentina caiu para um dígito, em maio de 2024, graças às políticas de "terapia de choque" de Milei, de desvalorizações cambiais e cortes em energia e transporte. Desde a eleição de Milei, os mercados de ações do país subiram significativamente, e seus títulos internacionais denominados em dólares atingiram novos patamares em resposta às medidas de austeridade planejadas.

A Argentina fez progressos fiscais tão significativos que o FMI desbloqueou financiamento adicional como parte de seu acordo de empréstimo condicional com o país. Na semana passada, o pacote de reformas

legislativas mais significativo de Milei até agora, incluindo provisões substanciais de desregulamentação e consolidação fiscal, obteve aprovação geral no Senado argentino, mas várias peças enfrentam incertezas na câmara baixa.

A Argentina já foi um dos países mais ricos do mundo, mas as políticas estatistas de Juan Perón mudaram a trajetória do país a partir da década de 1940.

Regulamentação intensa, tomada de indústrias e controles de exportação destrutivos — especialmente os sobre carne bovina — arruinaram as fortunas do país. Após décadas de tumulto econômico, o PIB per capita da Argentina agora é de cerca de \$13.650

[equivalente a aproximadamente R\$ 74 mil. O PIB per capita brasileiro é de R\$ 48 mil, segundo o Banco Mundial].

Resta saber se Milei e o legislativo conseguirão reverter as políticas regulatórias que sufocaram áreas inteiras da economia argentina.

Milei também ainda não cumpriu sua promessa de campanha de adotar o dólar americano como moeda oficial do país, uma medida tornada menos necessária pela tendência de queda da inflação.

Milei também enfrenta uma oposição política determinada a frustrar sua agenda. Ele deve se perguntar: qual é a velocidade certa para fazer

reformas econômicas? Seu predecessor de 2015 a 2019, Mauricio Macri, falhou em parte porque foi muito lento e incrementalista para entregar mudanças significativas.

Milei adotou uma abordagem diferente — terapia de choque rápida bem antes de outra eleição. Reduzir os gastos do governo e desregulamentar grande parte da economia estatista sem dúvida terá um alto custo político no curto prazo. Os sindicatos na Argentina já estão em greve contra as políticas econômicas de Milei, com o efeito de interromper alguns serviços de transporte público.

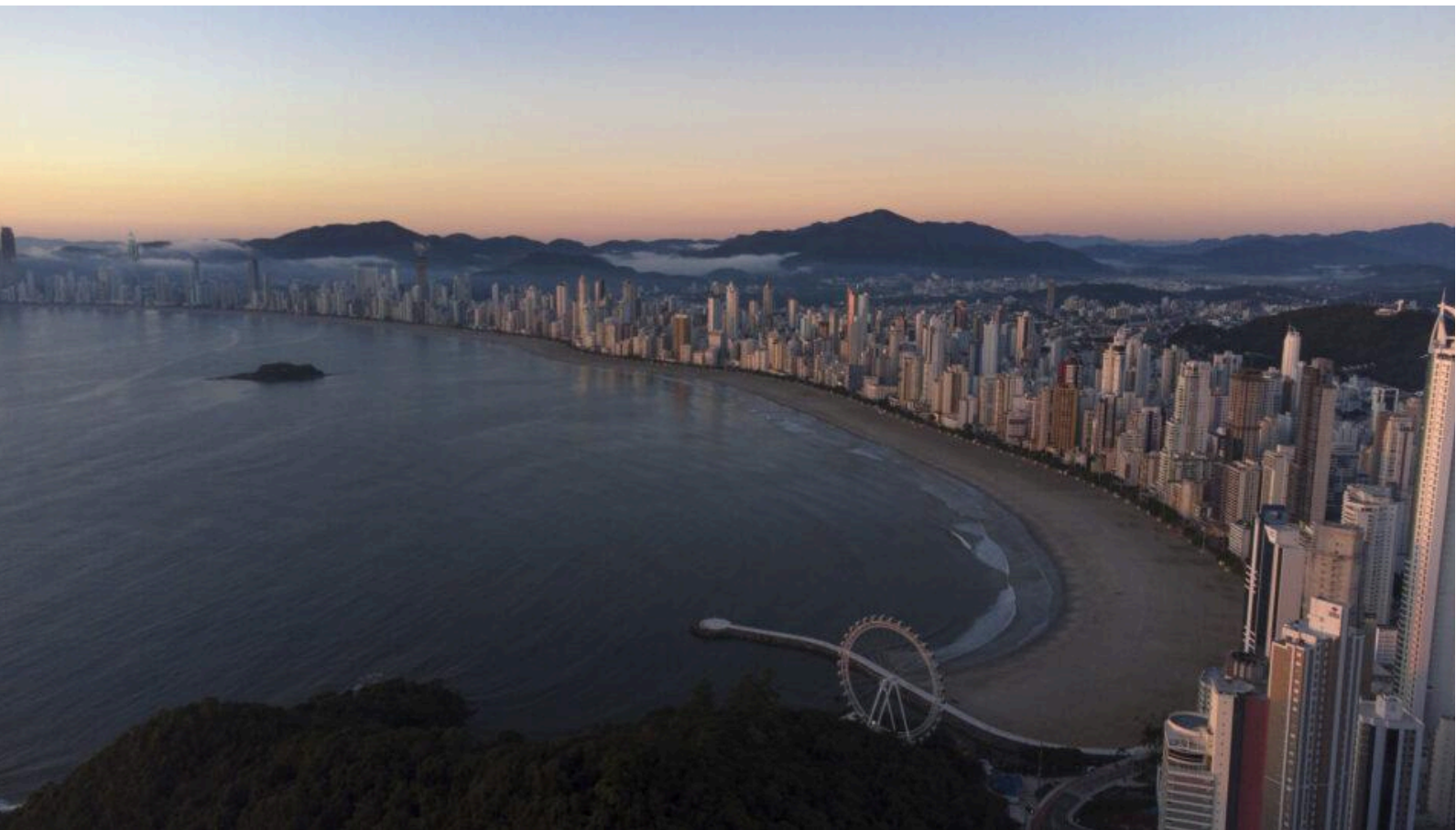
Alguns estudantes estão protestando contra os cortes na educação. Mas o custo político é algo que Milei pode suportar por enquanto.

Milei fez progressos significativos em direção ao seu objetivo de liberalizar a economia argentina para permitir a prosperidade humana e aliviar a pobreza. O tempo dirá se seu sucesso continuará — e levará outros países a adotar sua plataforma ousada e inovadora.

Jon Hartley é pesquisador sênior no Instituto Macdonald-Laurier, pesquisador na Fundação para Pesquisa em Igualdade de Oportunidades e doutorando na Universidade de Stanford.



Voltar ao índice



Vista da orla de Balneário Camboriú: cidade tem o metro quadrado mais caro do país. | Foto: Rafael Mendes/Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

Mercado imobiliário

SC tem 4 das 5 cidades com metro quadrado mais caro do país. O que explica o fenômeno

Por Vandr  Kramer

O rápido crescimento da popula o, a confortável situa o da economia do estado e o

interesse de investidores por Santa Catarina estão impulsionando a indústria da construção e o mercado regional de imóveis. O estado abriga quatro das cinco cidades com o metro quadrado residencial mais caro do país.

Balneário Camboriú é a primeira da lista (R\$ 13.145 por metro quadrado). Também no litoral catarinense estão Itapema (R\$ 12.840), Florianópolis (R\$ 11.261) e Itajaí (R\$ 11.107). Os dados, referentes a maio, são do índice FipeZap. A única "top 5" de outro estado é Vitória, no Espírito Santo (R\$ 11.312).

A valorização em um ano passou de 10% em seis das sete cidades pesquisadas no estado: Blumenau, Florianópolis, Itajaí, Itapema, Joinville e São José. A exceção foi Balneário

Camboriú, que vinha de um ciclo de fortes altas nos meses anteriores.

A indústria da construção catarinense tem registrado números positivos. As vendas de imóveis cresceram 4% e os estoques diminuíram 6% na comparação entre os primeiros trimestres de 2023 e 2024. Os dados são de levantamento realizado pela consultoria Brain para a Câmara de Desenvolvimento da Indústria de Construção da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

Bom momento da economia local impulsiona construção e mercado imobiliário

O bom momento da economia estadual ajuda a expandir o mercado imobiliário. Segundo o

Cadastro Geral de Empregados (Caged), quase 80 mil empregos formais foram gerados no estado de janeiro a abril, quase 42% mais que no mesmo período de 2023.

O estado vive uma situação de pleno emprego, com uma taxa de desocupação de 3,8%, a segunda menor do país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No primeiro trimestre, o rendimento médio mensal dos ocupados no estado era de R\$ 3.707, com alta real de 1,6% em um ano.

Expectativas do mercado financeiro indicam que a economia catarinense, a sexta maior do país, vai crescer acima da média nacional. O Banco do Brasil projeta expansão de 2,7% no PIB estadual, enquanto a mediana das projeções

para o PIB brasileiro é de 2,1%, segundo o mais recente boletim Focus, do Banco Central.

O principal impulso deve vir da indústria. A expectativa do BB é de que o PIB industrial de Santa Catarina aumente 4,2% neste ano.

“Isso vai contribuir significativamente para o crescimento da economia estadual. Santa Catarina tem a segunda maior participação da indústria no PIB entre os estados e é a segunda indústria mais competitiva do país”, afirma Marcelo Albuquerque, economista do Observatório da Fiesc.

Outros setores também estão se saindo bem. Dados do IBGE mostram que, no primeiro

quadrimestre do ano, as vendas do comércio varejista ampliado, que inclui automóveis e material de construção, aumentaram 5,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. No país, a alta foi de 4,7%. O volume de serviços prestados cresceu 6,7%, quase o triplo do número nacional.

Imóveis em Santa Catarina são vistos como investimento

Um dos fatores que estimulam a construção civil e o mercado imobiliário catarinense é o grande fluxo de investidores buscando aplicar seus recursos ou diversificar seus portfólios. O agronegócio é um dos segmentos que mais buscam oportunidades em imóveis em Santa Catarina. “Temos muitos compradores de imóveis com esse perfil”, afirma Tatiana

Cequinel, CEO da Embraed, uma das mais tradicionais construtoras de Balneário Camboriú.

O bom desempenho do campo nos últimos anos, com preços favoráveis para as commodities e boas safras, contribui. Apenas no ano passado, o PIB do setor cresceu 11,3%. “Santa Catarina tem uma boa reputação no agronegócio como destino de investimentos no setor imobiliário”, diz Marcos Bellicanta, presidente da Câmara de Desenvolvimento da Indústria da Construção da Fiesc.

A indústria da construção está se beneficiando do ciclo de queda na taxa Selic, que começou em agosto, quando estava em 13,75% ao ano. Agora, está a 10,5% ano. Neste cenário, aplicações de

renda fixa perdem em rentabilidade frente aos imóveis catarinenses.

Mas executivos da indústria da construção ainda esperam uma queda mais acentuada nos juros dos financiamentos imobiliários, que em abril estavam, em média, a 0,74% ao mês, segundo o BC.

A possibilidade de manutenção da taxa Selic, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) dos dias 17 e 18, não preocupa o setor. “Há uma certa defasagem na redução das taxas de juros dos bancos para os consumidores”, diz Thales Silva, diretor comercial da construtora Rôgga, de Joinville.

Ele espera que mais repasses da queda de juros cheguem ao consumidor. Negociações entre construtoras e instituições financeiras para a redução do custo de financiamento estão em andamento.

Perfil catarinense também ajuda

Segundo Alison Oliveira, coordenador do índice FipeZap, outros fatores contribuem para o bom momento do segmento imobiliário e, conseqüentemente, da indústria da construção. “Santa Catarina possui uma renda média mais alta em comparação com outras regiões do Brasil, o que se traduz em maior poder de compra e disposição para pagar mais por imóveis”, afirma.

Ele ressalta que o estado também apresenta altos índices de desenvolvimento humano, reflexo de melhor educação, saúde e qualidade de vida. “Essas características atraem novos residentes e investidores, elevando o preço dos imóveis”, acrescenta.

A crescente demanda por imóveis também está associada à migração para o estado. Dados do IBGE mostram que a população catarinense cresceu, em média, 1,7% ao ano entre os censos de 2010 e 2022, mais que o triplo da expansão média do país.

Um segmento que vem apresentando forte crescimento em Santa Catarina é o de aluguel por temporada, ou short stay. A Seazone, uma plataforma sediada em Florianópolis que

conecta proprietários de imóveis a hóspedes, planeja crescer quase 25% neste ano.

A empresa, que também trabalha com estruturação de projetos imobiliários, observa um aumento no número de investidores que veem os imóveis como um patrimônio a ser valorizado e rentabilizado. Mônica Medeiros, sócia da empresa, aponta que até mesmo investidores mais jovens estão adotando esse comportamento, como forma de diversificar seus investimentos.

O foco são empreendimentos compactos. “São eles que oferecem o maior potencial de valorização. O rendimento pode ser maior que o de uma aplicação no Tesouro Direto, além da valorização do imóvel”, diz ela.

Mônica afirma que as cidades litorâneas com maior potencial de valorização são Florianópolis, Imbituba (Praia do Rosa), Garopaba, Bombinhas, Porto Belo, Piçarras, Penha e Itajaí (Praia Brava).

No interior, destacam-se Rancho Queimado, na Grande Florianópolis, e Urubici, no Planalto Serrano. “Além do ecoturismo e das paisagens deslumbrantes, há amplas possibilidades para ciclismo e trilhas”, diz.

Litoral Norte é uma das áreas mais cobiçadas para imóveis em Santa Catarina

Uma das regiões onde a construção civil e o segmento imobiliário têm crescido com mais força é no Litoral Norte e em cidades próximas

às praias da região, como Blumenau e Joinville. Duas das sete cidades com maior crescimento demográfico do país entre os censos de 2010 e 2022 estão nessa área: Barra Velha e Itapoá.

Além de investidores e do crescimento do turismo na região, a implantação de grandes empresas e de galpões logísticos, especialmente no entorno da BR-101, a principal via que corta o litoral catarinense de Norte a Sul, tem favorecido o desenvolvimento.

As microrregiões de Joinville e Itajaí vêm crescendo mais que o país e ampliando sua participação no PIB nacional. Segundo o IBGE, em vinte anos, a representatividade no PIB nacional da microrregião de Joinville passou de 0,66%, em 2002, para 0,76%, em 2021 (último

dado disponível). A de Itajaí teve um salto, passando de 0,28% para 0,83%.

Marcos Bellicanta, da Câmara da Fiesc, observa que, diante dos preços da região de Balneário Camboriú, onde se projetam coberturas custando até R\$ 120 milhões, muitos interessados têm migrado para cidades próximas, que são importantes polos econômicos, como Blumenau e Joinville.

O preço do metro quadrado de um imóvel residencial nessas cidades chega a ser quase a metade do praticado em Balneário Camboriú e entorno. Segundo o FipeZap, em maio o valor médio era de R\$ 6.511 em Blumenau e de R\$ 6.798 em Joinville.

O mercado começou o ano bem aquecido em Joinville, a maior cidade catarinense. Segundo levantamento da Brain, mais da metade dos apartamentos lançados no primeiro trimestre foi vendida. Foram comercializadas 723 unidades, o segundo melhor trimestre em vendas desde o início de 2022.

A venda de apartamentos cresceu 127% nos três primeiros meses do ano, comparativamente a igual período de 2023, atingindo R\$ 436 milhões, mais de três vezes e meia o verificado entre janeiro e março do ano passado. O estoque de apartamentos para comercialização caiu 31% entre o fim do primeiro trimestre de 2023 e de 2024.

“O aumento nas vendas e a queda nos lançamentos fizeram o volume de estoque cair substancialmente na cidade. Este cenário, associado à maior escassez de terrenos e de mão de obra, acaba pressionando os custos e levando à clara tendência de aumento de preços. Além disso, há uma alocação, cada vez maior, de produtos orientados ao alto padrão na cidade, o que também impacta de modo geral nos preços médios de Joinville”, destaca Ana Rita Vieira, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Joinville e Região (Sinduscon).

A construtora Rôgga, de Joinville, vê boas oportunidades de ampliar os negócios no entorno da maior cidade catarinense. Também presente no Litoral Norte do estado, a empresa espera concluir o ano com um valor geral de

vendas de R\$ 1,2 bilhão. Recentemente, fez um lançamento em Jaraguá do Sul.

“Há uma forte economia local, com empresas de referência no cenário internacional e é uma região com muitos atrativos turísticos”, destaca o diretor comercial da empresa.

Mesmo com escassez de terrenos, mercado se mostra comprador em Balneário Camboriú

Oliveira, da FipeZap, destaca que cidades litorâneas como Florianópolis, Balneário Camboriú, Itapema e São José são altamente desejadas por suas belezas naturais e qualidade de vida. No entanto, o crescimento pode encontrar limites devido à disponibilidade de terrenos.

Esse é um problema já presente em Balneário Camboriú, onde não existem terrenos disponíveis à beira-mar. Um terreno de 286 metros quadrados, local da última casa de madeira de frente para o Atlântico, pode ter custado entre R\$ 15 milhões e R\$ 18 milhões no ano passado, conforme consulta realizada pela BBC Brasil a um corretor da cidade. No local, será construído um prédio de 12 andares.

Segundo o corretor Bruno Cassola, essa escassez tem elevado o custo dos novos empreendimentos. “Os lançamentos atuais são feitos em terrenos adquiridos há cinco, dez anos”, afirma. Pelo menos uma construtora adquiriu um prédio de 16 andares, à beira-mar, para demoli-lo e construir um edifício no local.

Apesar desse cenário, Cassola se mostra otimista com as expectativas do mercado imobiliário local, que se apresenta comprador. “Temos produtos que chegam a custar até R\$ 60 milhões”, diz.

A estratégia para atrair interessados, como empresários, industriais, profissionais do agronegócio e outros investidores, passa pelo investimento em design. O escritório italiano Pininfarina, um dos principais do mundo, já participou de um projeto, as torres gêmeas do Yatchouse, com 81 andares e 281 metros de altura.

Outra estratégia, segundo Cassola, é agregar serviços ao empreendimento imobiliário. Uma tendência que pode se fortalecer em Balneário, a

exemplo do que ocorre em lugares como Miami (EUA), é a oferta de serviços típicos de hotelaria, fornecidos por grandes redes, nos empreendimentos.

Tatiana Cequinel, CEO da construtora Embraed, também se mostra otimista com o mercado de Balneário Camboriú. “Estamos no local onde as pessoas têm a sua segunda casa”, afirma.

A empresa vê oportunidades de crescimento na cidade, que dependem de um trabalho minucioso para encontrar imóveis e terrenos onde possam ser construídos novos empreendimentos.

Ela também vê oportunidades na região. “É uma área que oferece chances de evolução. Itapema, por exemplo, é uma cidade em construção.” A empresa também está expandindo para outros mercados, como Curitiba e Maringá, e prevê lançamentos para os próximos cinco anos que possam gerar um valor geral de vendas de R\$ 5 bilhões.

O preço do metro quadrado em algumas das principais cidades do país

1. Balneário Camboriú (SC) R\$ 13.145
2. Itapema (SC) R\$ 12.841
3. Vitória (ES) R\$ 11.312
4. Florianópolis (SC) R\$ 11.261
5. Itajaí (SC) R\$ 11.107
6. São Paulo (SP) R\$ 10.936
7. Barueri (SP) R\$ 10.241

8. Rio de Janeiro (RJ) R\$ 10.077
9. Curitiba (PR) R\$ 9.845
10. Brasília (DF) R\$ 9.180
11. Maceió (AL) R\$ 8.726
12. Belo Horizonte (MG) R\$ 8.709
13. Vila Velha (ES) R\$ 8.593
14. São Caetano do Sul (SP) R\$ 8.125
15. São José dos Campos (SP) R\$ 7.990
16. Recife (PE) R\$ 7.950
17. Osasco (SP) R\$ 7.553
18. São José (SC) R\$ 7.543
19. Goiânia (GO) R\$ 7.496
20. Fortaleza (CE) R\$ 7.417
21. Niterói (RJ) R\$ 7.071
22. Santo André (SP) R\$ 6.934
23. Joinville (SC) R\$ 6.798
24. Santos (SP) R\$ 6.776
25. Porto Alegre (RS) R\$ 6.726
26. Manaus (AM) R\$ 6.667

27. Blumenau (SC) R\$ 6.511
28. Campinas (SP) R\$ 6.461
29. Diadema (SP) R\$ 6.368
30. João Pessoa (PB) R\$ 6.324
31. Guarulhos (SP) R\$ 6.319
32. São Bernardo do Campo (SP) R\$ 6.150
33. Guarujá (SP) R\$ 6.128
34. Salvador (BA) R\$ 6.082
35. Campo Grande (MS) R\$ 5.908
36. Praia Grande (SP) R\$ 5.860
37. Caxias do Sul (RS) R\$ 5.383
38. Jaboatão dos Guararapes (PE) R\$ 5.337
39. São José do Rio Preto (SP) R\$ 5.192
40. Contagem (MG) R\$ 5.065
41. Canoas (RS) R\$ 5.055
42. São José dos Pinhais (PR) R\$ 4.984
43. Santa Maria (RS) R\$ 4.924
44. Novo Hamburgo (RS) R\$ 4.906
45. Londrina (PR) R\$ 4.828

- 46. Ribeirão Preto (SP) 4.685
- 47. São Leopoldo (RS) R\$ 4.581
- 48. São Vicente (SP) R\$ 4.329
- 49. Pelotas (RS) R\$ 4.211
- 50. Betim (MG) R\$ 4.008



Voltar ao índice



Ford comprou prédio da Michigan Station em 2018 para transformá-lo em um grande centro de inovação tecnológica | Foto: Jason Keen/Michigan Central

Michigan

Como a Ford recuperou um símbolo da decadência de Detroit

Por John Lucas

Detroit, localizada no estado do Michigan, nos EUA, outrora conhecida como o coração

pulsante da indústria automotiva americana, tinha visto sua glória desvanecer ao longo das últimas décadas.

A partir dos anos 1960, a chegada dos carros japoneses, a pressão dos sindicatos, a tensão racial e as administrações municipais ineficazes contribuíram para um declínio acentuado da cidade americana.

No entanto, a recente revitalização da Michigan Central Station (Estação Central de Michigan), liderada pela Ford, pode estar simbolizando o renascimento esperançoso da chamada “Motor City”.

A Michigan Central Station, inaugurada em 1914, já foi uma importante estação trem, mas havia se tornado um ícone da decadência de Detroit. Fechada desde 1988, a estação era frequentemente destacada em fotografias de ruínas urbanas, que enfatizavam a situação de abandono da cidade. Durante anos, o imponente edifício permaneceu vazio, deixando apenas uma saudosa lembrança dos tempos áureos que a “Motor City” já viveu.

Detroit enfrentou desafios significativos em sua situação econômica, principalmente nas últimas décadas do século 20. Naquele período, a concorrência acirrada gerada pela chegada dos fabricantes japoneses de veículos e as demandas inflexíveis dos sindicatos, bem como os altos impostos e as restrições do poder público local, criaram um ambiente de produção

insustentável para a indústria automobilística americana que dava vida à cidade.

Em meio a este cenário, diversas fábricas optaram por deixar Detroit em busca de se reinventar em outros locais – com menos burocracia e menos gastos.

Após anos enfrentando problemas, em 2013, Detroit tornou-se a maior cidade americana a declarar falência municipal, o que destacou, de vez, os desafios financeiros extremos enfrentados pela cidade.

A Ford, no entanto, viu uma oportunidade onde outros viam apenas desolação. Em 2018, a empresa adquiriu a Michigan Central Station

por US\$ 90 milhões, com um plano ambicioso: restaurar e revitalizar todo o local, com o objetivo de impulsionar maneiras de trazer Detroit de volta à vida.

O projeto monumental traçado pela empresa envolveu a reforma da estação e de seus arredores, transformando toda a área em um grande centro de inovação tecnológica e comunitário. A Ford investiu cerca de US\$ 1 bilhão nesta ideia, que trouxe um novo significado a um dos edifícios mais icônicos de Detroit.

Segundo a empresa americana, nos últimos seis anos, mais de 3 mil trabalhadores qualificados dedicaram seu esforço, criatividade e mais de 1,7 milhão de horas para restaurar a estação. A

meticulosa reforma incluiu desde a recuperação de pequenos detalhes arquitetônicos até a restauração de colunas coríntias feitas à mão.

A estação reformada não receberá mais trens — algo que ainda se pode discutir no futuro — no entanto, abrigará escritórios, restaurantes, lojas e até um hotel, ancorando também um distrito de inovação focado em mobilidade e transporte, disse a empresa.

Uma volta por cima?

Como mencionou a Ford, o esforço de revitalização da estação faz parte de um movimento mais amplo para recuperar Detroit. Desde a falência, a cidade parece ter começado a dar a volta por cima, conquistando um

ressurgimento econômico, com investimentos em infraestrutura básica, como reparo de calçadas, iluminação pública, coleta regular de lixo e demolição de estruturas que foram abandonadas e que eram utilizadas por vândalos e dependentes químicos.

A recuperação da indústria automotiva local desempenhou um papel crucial nesse movimento. Segundo informações da CNN, as chamadas "três grandes" de Detroit — Ford, General Motors e Chrysler, essa última atualmente controlada pela Stellantis — passaram por uma reinvenção significativa, tornando-se novamente importantes criadoras de empregos na cidade.

O aumento da demanda dessas empresas por proximidade às bases de produção também resultou no reaproveitamento de algumas antigas instalações industriais, o que tem contribuído para a regeneração urbana.

Os indicadores econômicos recentes mostram sinais promissores para Detroit, conforme a CNN. A taxa de desemprego na região metropolitana da cidade estava em 3,8% em abril, ligeiramente abaixo da média nacional de 3,9%. Pela primeira vez em décadas, Detroit também “sorriu” com um aumento populacional, o que pode sinalizar uma recuperação gradual da cidade que já foi uma das mais populosas dos EUA.

A criminalidade, no entanto, ainda é uma preocupação, embora os dados de 2023 mostrem uma redução significativa nos casos de tiroteios, roubos de carros e homicídios em comparação ao ano anterior.

Segundo as estatísticas da Polícia de Detroit, divulgadas no começo deste ano, em 2023 houve uma redução de 15% nos tiroteios e de 33% nos roubos de carros em comparação ao ano anterior. O total de homicídios no ano foi de 252, uma diminuição de 18% em relação a 2022 e o menor número registrado desde 1966, quando foram contabilizados 232 homicídios. Tais indicadores trouxeram um “sopro de esperança” para a cidade.

A Ford espera que a estação reformada, em seu “cenário urbano vibrante”, se torne um local de encontro comunitário e familiar, já que ela contará com lojas de varejo, restaurantes, espaço para eventos e até um hotel.

“A estação de Michigan significa muito para todos nós. De muitas maneiras, este edifício conta a história da nossa cidade”, diz Bill Ford, bisneto de Henry Ford e atual presidente executivo da Ford.

“Esta estação foi a nossa Ellis Island (ilha onde fica a estátua da liberdade) — um lugar onde sonhadores em busca de novos empregos e novas oportunidades pisavam pela primeira vez em Detroit. Mas, uma vez que o último trem partiu, tornou-se um lugar onde a esperança se

foi. Em 2018, decidi que era hora de mudar isso, reimaginando esta estação como um lugar de possibilidades novamente”, afirma.

“Eu queria que a estação de Michigan fosse lindamente restaurada, mas também reimaginada para muito mais”, continua Bill Ford, acrescentando que “este será um lugar para a comunidade desfrutar e um destino para visitantes de todas as partes. Teremos restaurantes, música, arte e ótimas lojas. E a inovação que acontecerá aqui, com startups e empresas grandes e pequenas, ajudará a garantir que Detroit preserve seu título de Motor City para as próximas gerações.”

A Ford afirma que “a estação reunirá a comunidade mais ampla de Detroit para

colaborar e testar ideias em um só lugar, fortalecendo os compromissos de longa data do Michigan Central com o crescimento do ecossistema local de mobilidade, envolvendo novas vozes e promovendo uma maior participação e desenvolvimento da comunidade. Isso inclui um andar dedicado a programas para jovens na torre da estação, que oferece mais de 2 mil metros quadrados de espaço flexível para abrigar organizações locais e nacionais focadas no crescimento da próxima geração”.

A estação foi reinaugurada no último dia 7, contando com a presença de mais de 20 mil pessoas. O local foi palco de um show com artistas da cidade e as pessoas puderam ver de perto o resultado da revitalização.

"Este foi um dia que os habitantes de Detroit esperaram por 40 anos, e valeu a pena esperar", disse o prefeito Mike Duggan, do Partido Democrata, na reinauguração do prédio.

"Graças à visão de Bill Ford e aos nossos incrivelmente talentosos artistas de Detroit, nossa cidade celebrou um dia especial que será lembrado para sempre, e pessoas assistindo de todo o país viram mais um exemplo do talento de Detroit e sua contínua revitalização", concluiu Duggan.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Leonardo Coutinho: Bem-vindos ao “Advogadoquistão”](#)
- [Ipea usa inteligência artificial para negar redução de homicídios sob Bolsonaro](#)
- [Lula diz que Brasil tem estabilidade de sobra para o investidor. Os fatos mostram o oposto](#)
- [Quem é o youtuber petista acusado de enriquecer espalhando fake news sobre a direita](#)
- [Estagnação econômica, declínio demográfico e cultural: o que há com a Europa?](#)
- [Série de gafes envolvendo Biden gera discussões sobre possibilidade de reeleição](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice